

	<p align="center">Processo Integrado de Regularização Ambiental ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO</p>	
--	---	--

PARECER JURÍDICO PARA ARQUIVAMENTO

<p>SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SUPRAM ASF</p>	<p align="center">PAPELETA DE DESPACHO</p>	<p>N. 253/2019</p>
		<p>Data: 17/05/2019</p>
<p align="right">Documento Siam n.: 0290475/2019</p>		
<p>Empreendimento: Vaccinar Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 21.820.014/0020-94</p>	<p>Município: Bom Despacho/MG</p>	
<p>Assunto: Arquivamento do Processo Administrativo n. 07389/2017/001/2017</p>		
<p>De: Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia – Gestor Ambiental</p>	<p>Unidade Administrativa: Área Jurídica – SUPRAM ASF</p>	
<p>Para: Rafael Rezende Teixeira</p>	<p>Unidade Administrativa: Superintendente – SUPRAM-ASF</p>	
<p>Senhor Superintendente,</p> <p>Considerando que tramita nesta Superintendência Regional o processo administrativo n. 07389/2017/001/2017, sendo o requerimento para obter a LOC pelo qual o empreendimento é titular do processo, VACCINAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrito no CNPJ sob n. 21.820.014/0020-94.</p> <p>Considerando que, não obstante a juntada dos documentos básicos para a formalização do processo e relacionados no FOBI, se fez necessário solicitar informações complementares à empresa para o regular andamento do licenciamento, consoante envio do Ofício SUPRAM-ASF n. 266/2018, imprescindíveis para análise e continuidade do processo, com supedâneo no Decreto Estadual n. 47.383/2018 e art. 22, da Lei Estadual n. 21.972/2016;</p> <p>Considerando ainda que, num total de 23 itens das informações complementares, o requerente apresentou 17 itens e solicitou em 14/02/2019, através do por meio do R0021663/2019, o sobrestamento de prazo para apresentação dos outros seis constantes do Ofício 266/2018 e que este pedido foi indeferido, consoante Manifestação Jurídica Doc SIAM 0123184/2019 e teor do Ofício Supram ASF nº 287/2019.</p> <p>Considerando ainda a manifestação da gestora técnica exposta na Papeleta n. 176/2019.</p> <p>Considerando que, não obstante o envio e recebimento do citado ofício, se constatou que a empresa não atendeu todos os que foi solicitado pelo Órgão Ambiental, prejudicando a análise do mérito deste licenciamento;</p> <p>Considerando que já houve análise das cláusulas do TAC, conforme informação na papeleta técnica.</p> <p>Considerando que foi encaminhado ofício iniciando-se o procedimento de arquivamento. (ofício n. 325/2019).</p> <p>Considerando a informação de que o DAE foi devidamente quitado.</p> <p>Considerando a Instrução de Serviço SISEMA n. 05/2017, editada em 27/04/2017 pela</p>		

ASNOP – Assessoria de Normas e Procedimentos, que disciplina o procedimento de arquivamento de processos de regularização ambiental;

Considerando, desta maneira, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei Estadual n. 14.184, de 31.01.2002), fato este consiste na completa perda de objeto por falta de interesse do empreendedor;

Considerando, por fim, a regra prevista nos artigos 16 e 17 da Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997 e Decreto Estadual n. 47.383/2018;

Recomenda-se o arquivamento do presente processo administrativo n.07389/2017/001/2017 com a publicação deste ato nos meios oficiais e notificação da decisão ao empreendedor, que deve proceder com a regularização ambiental do seu empreendimento acaso opte por operar suas atividades, sob pena das sanções previstas no Decreto n. 47.383/2018.

O Núcleo de Apoio Operacional deverá transferir o presente processo técnico, juntamente com todos os processos administrativos vinculados, para o PT n. 04507 / 2004, consoante fundamentado na pró-análise jurídica.

Remetam-se os dados do empreendedor à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais.

Os processos vinculados deverão ser do mesmo modo arquivados ou indeferidos, quais sejam: 21490/2019 e 21491/2019

Tendo em vista que foi lavrado auto de infração em razão do descumprimento de cláusula do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, os autos deverão retornar ao jurídico para encaminhamento à AGE para execução do TAC.

Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia
MASP 1.316.073-4

Gestora Ambiental – Jurídico

Diretoria Regional de Controle Processual

Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco

ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente – SUPRAM/ASF, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Papeleta de Despacho n. 253/2019, que recomenda o arquivamento do feito pelos fatos e fundamentos legais expostos;

Considerando, desta forma, a regra prevista nos artigos 16 e 17 da Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997;

Considerando, por fim, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei Estadual n. 14.184, de 31.01.2002);

Determino o **arquivamento do Processo Administrativo n. 07389/2017/001/2017** do empreendimento *Vaccinar Indústria e Comércio Ltda.*, sito na Zona Rural do Município de Bom Despacho/MG.

Diante disso, adotem-se as seguintes providências:

- a) O Núcleo de Apoio Operacional deverá transferir o presente processo técnico, juntamente com todos os processos administrativos vinculados, para o PT n. 04507 / 2004, consoante fundamentado na pró-análise jurídica.
- b) Publique-se o arquivamento dos autos, com a devida notificação ao empreendedor;
- c) Remetam-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais.
- d) pTendo em vista o descumprimento de cláusula do TAC, após os tramites, os autos deverão retornar ao jurídico para encaminhamento à AGE.

Rafael Rezende Teixeira
Superintendente - SUPRAM ASF
- MASP: 1.364.897-2

Diogoópolis/MG, 17 de maio de 2019.

Rafael Rezende Teixeira

Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Estado de Minas Gerais

do NAO para
providências, após
retornar-se ao juízo
para encaminhamento
à ADE.

Grata, q 20/05/19

Marcela Anchieta V. G. Garcia
Gestor Ambiental / SISEMA
MASP. 1.316.073-4